

Legislação temática

Ordenamento do território

Diploma	Resumo	Data	Alterações, revogações e normas complementares
Decreto-Lei nº 37 575	Estabelece regras relativas à localização de edifícios escolares	08-10-1949	Revogado pelo Decreto-Lei nº 80/2010, de 25 de Junho
Decreto-Lei nº 38 768	Servidões relativas ao serviço de telecomunicações militares.	20-12-1951	
Lei nº 2 078	Regime jurídico das servidões militares.	11-07-1955	Alterada pela Lei nº 45 986, de 22 de Julho de 1955
Decreto-Lei nº 45 986	Define as entidades a quem compete o estudo da constituição, modificação ou extinção das servidões militares a que se refere a Lei nº 2078, bem como a preparação dos projectos dos respectivos decretos - Considera revogados a Carta de Lei de 24 de Maio de 1902 e o Decreto nº 15723	22-10-1964	
Portaria nº 202/70	Aprova o Regulamento que Fixa a Unidades de Cultura para Portugal Continental. Revoga as Portaria nºs nº 20 302 e nº 20 623.	21-04-1970	
Decreto-Lei nº 181/70	Determina que a constituição de uma servidão administrativa, desde que exija a prática de um acto da Administração, deve ser precedida de aviso público e ser facultada audiência aos interessados	28-04-1970	
Decreto-Lei nº 794/76	Lei dos Solos.	05-11-1976	Alterado pelo Decreto-Lei nº 313/80, de 19 de Agosto, regulado pelos Decretos nº 862/76, de 22 de Dezembro e nº 15/77, de 18 de Fevereiro e parcialmente substituído pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 143/82	Estabelece a protecção aos marcos de sinalização geodésica relativos à Carta Cadastral do País.	26-04-1982	
Lei nº 11/82	Estabelece o regime de criação e extinção das autarquias locais e de designação e determinação da categoria das povoações.	02-06-1982	
Decreto-Lei nº 321/83	Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).	05-07-1983	
Decreto-Lei nº 139/88	Estabelece as medidas de ordenamento das áreas percorridas por incêndios florestais	22-04-1988	
Decreto-Lei nº 176-A/88	Revê a disciplina jurídica dos Planos Regionais de Ordenamento do Território.	18-05-1988	Revogado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro.
Decreto-Lei nº 384/88	Estabelece o novo regime de emparcelamento rural.	25-10-1988	
Decreto-Lei nº 385/88	Estabelece o novo regime de arrendamento rural.	25-10-1988	
Decreto-Lei nº 459/88	Regime jurídico da protecção das florestas contra incêndios.	14-12-1988	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 180/89	Estabelece as regras de ordenamento das zonas percorridas por incêndios florestais em áreas protegidas.	30-05-1989	
Decreto-Lei nº 196/89	Estabelece o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional Revoga o Decreto-Lei nº 451/82 de 16 de Novembro.	14-06-1989	Alterado pelos Decretos-Lei nº 274/92, de 12 de Dezembro e nº 278/95, de 25 de Outubro e revogado pelo Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de Março
Decreto-Lei nº 69/90	Disciplina o regime jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.	02-03-1990	Revogado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro
Decreto-Lei nº 93/90	Revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 321/83 de 5 de Julho.	19-03-1990	Revogado pelo Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto
Decreto-Lei nº 103/90	Desenvolve as bases gerais do regime de emparcelamento e fraccionamento de prédios rústicos.	22-03-1990	Rectificado pela Declaração de 30 de Junho de 1990 e alterado pelo Decreto-Lei nº 59/91, de 30 de Janeiro
Declaração de 30 de Junho de 1990	De ter sido rectificado o Decreto-Lei nº 103/90, de 22 de Março, do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que desenvolve as bases gerais do regime de emparcelamento e fraccionamento de prédios rústicos, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 68, de 22 de Março de 1990.	30-06-1990	
Decreto-Lei nº 316/90	Prevê a intervenção do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais na gestão da Reserva Ecológica Nacional. Altera o Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março.	13-10-1990	
Decreto-Lei nº 327/90	Regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal	22-10-1990	Alterado pela Lei nº 54/91, de 8 de Agosto e pelo Decreto-Lei nº 34/99, de 5 de Fevereiro

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 367/90	Dá nova redacção aos artigos 3.º, 9.º e 11.º do Decreto-Lei nº 176-A/88 de 18 de Maio, (Planos Regionais de Ordenamento do Território).	26-11-1990	Revogado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro
Decreto-Lei nº 59/91	Altera o Decreto-Lei nº 103/90, de 22 de Março, que desenvolve as bases gerais do regime de emparcelamento e fraccionamento de prédios rústicos (primeira alteração).	30-01-1991	
Lei nº 54/91	Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei nº 327/90, de 22 de Outubro, (regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal).	08-08-1991	
Decreto-Lei nº 211/92	Altera o Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março.	08-10-1992	Revogado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro
Decreto-Lei nº 213/92	Altera o Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março (Reserva Ecológica Nacional	12-10-1992	
Decreto-Lei nº 274/92	Altera o Decreto-Lei nº 196/89 de 14 de Junho, que define o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.	12-12-1992	
Decreto-Lei nº 19/93	Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.	23-01-1993	Alterado pelos Decretos-Lei nº 213/97, de 16 de Agosto, nº 227/98, de 17 de Julho, nº 221/2002, de 22 de Outubro e nº 117/2005, de 18 de Julho Ver também o tema AMBIENTE
Decreto-Lei nº 281/93	Cria a Comissão Permanente de Apreciação dos PDMs.	17-08-1993	Alterado pelo Decreto-Lei nº 402/99, de 14 de Outubro

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 423/93	Regula a elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Intervenção na Floresta – PMIF.	31-12-1993	
Decreto-Lei nº 45/94	Regula o processo de planeamento de recursos hídricos e a elaboração e aprovação dos planos de recursos hídricos	22-02-1994	
Decreto-Lei nº 249/94	Altera o Decreto-Lei nº 176-A/88 de 18 de Maio, (revê a disciplina jurídica dos Planos Regionais de Ordenamento do Território).	12-10-1994	Revogado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro
Resolução do Conselho de Ministros nº 101/94	Ratifica o Plano Director Municipal de Guimarães	13-10-1994	
Decreto-Lei nº 61/95	Exclui do âmbito de aplicação do Decreto-Lei nº 351/93 de 7 de Outubro, as áreas urbanas consolidadas e eleva para o dobro os prazos nele previstos, prorroga até 31 de Dezembro de 1995 o prazo de actuação da Comissão Permanente de Apreciação dos Planos Directores Municipais.	07-04-1995	
Decreto-Lei nº 79/95	Altera o Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março (revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 321/83 de 5 de Julho.	20-04-1995	
Decreto-Lei nº 193/95	Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional.	28-07-1995	Alterado pelo Decreto-Lei nº 202/2007, de 25 de Maio
Lei nº 86/95	Lei de bases do desenvolvimento agrícola.	01-09-1995	

Legislação temática

Ordenamento do território

Lei nº 91/95	Processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal.	02-09-1995	Alterada pelo Decreto-Lei nº 165/99, de 14 de Setembro, pela Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e pela Lei nº 10/2008, de 20 de Fevereiro
Decreto-Lei nº 278/95	Altera diversos diplomas nos domínios da agricultura, das florestas e dos recursos cinegéticos.	25-10-1995	
Decreto-Lei nº 309/95	Altera o Decreto-Lei nº 176-A/88 de 18 de Maio, (revê a disciplina jurídica dos Planos Regionais de Ordenamento do Território).	20-11-1995	Revogado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro
Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96	Integração de políticas sectoriais nas áreas protegidas.	08-07-1996	
Lei nº 33/96	Lei de Bases da Política Florestal.	17-08-1996	
Decreto-Lei nº 155/97	Altera o Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março	24-06-1997	Revogado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro
Decreto-Lei nº 213/97	Altera o nº 3 do art.º 17.º e a alínea b) do nº 1 do art.º 19.º do Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro (estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas).	16-08-1997	
Decreto-Lei nº 226/97	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens.	27-08-1997	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 227/98	Procede à alteração do Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de Janeiro (estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas)	17-07-1998	
Lei nº 48/98	Estabelece as bases da política de ordenamento do território e urbanismo	11-08-1998	Alterada pela Lei nº 54/2007, de 31 de Agosto
Decreto-Lei nº 364/98	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias	21-11-1998	
Decreto-Lei nº 34/99	Altera os artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei nº 327/90, de 22 de Outubro, que regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal.	05-02-1999	
Resolução do Conselho de Ministros nº 27/99	Adopta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.	08-04-1999	
Decreto-Lei nº 140/99	Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva nº 79/409/CEE, do conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Lei nº 75/91, de 14 de Fevereiro, nº 224/93, de 18 de Junho, e nº 226/97, de 27 de Agosto.	24-04-1999	
Decreto-Lei nº 205/99	Regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos regionais de ordenamento florestal – PROF, a aplicar nos termos do art.º 5º da Lei 33/96, de 17 de Agosto.	09-06-1999	Revogado pelo Decreto-Lei nº 16/2009, de 14 de Janeiro

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 204/99	Regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos regionais de ordenamento florestal – PROF, a aplicar nos termos do art.º 5º da Lei 33/96, de 17 de Agosto.	09-09-1999	Revogado pelo Decreto-Lei nº 16/2009, de 14 de Janeiro
Decreto-Lei nº 165/99	Primeira alteração à Lei nº 91/95, de 2 de Setembro sobre as áreas urbanas de génese ilegal.	14-09-1999	
Decreto-Lei nº 168/99	Aprova o Código das Expropriações.	18-09-1999	Alterado pelo Decreto-Lei nº 13/2002, de 19 de Fevereiro
Lei nº 171/99	Combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do interior.	18-09-1999	
Decreto-Lei nº 380/99	Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	22-09-1999	Alterado pelo Decreto-Lei nº 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, pela Lei nº 56/2007, de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de Setembro, pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro e Pelo Decreto-Lei nº 181/2009, de 7 de Agosto
Decreto-Lei nº 384-B/99	Cria diversas zonas de protecção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna as Directivas 79/409/CEE, do Conselho de 2 de Abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio.	23-09-1999	
Decreto-Lei nº 402/99	Altera o Decreto-Lei nº 281/93 de 17 de Agosto, que cria a Comissão Permanente de Apreciação dos PDMs.	14-10-1999	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 53/2000	Altera o Artigo 157º do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	07-04-2000	
Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000	Aprova o Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.	15-05-2000	
Decreto-Lei nº 119/2000	Aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.	04-07-2000	
Decreto-Lei nº 120/2000	Aprova a orgânica do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.	04-07-2000	Alterado pelo Decreto-Lei nº 8/2002, de 9 de Janeiro
Decreto-Lei nº 151/2000	Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Planeamento.	20-07-2000	
Resolução do Conselho de Ministros nº 118/2000	Incumbe as direcções regionais de agricultura de elaborar planos regionais de ordenamento florestal.	13-09-2000	Alterada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 179/2003 de 18 de Novembro
Decreto-Lei nº 314/2000	Estabelece o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis.	02-12-2000	
Despacho Normativo nº 45-A/2000	Autoriza a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (GOTDU) a realizar contratos-programa com os municípios para a promoção do desenvolvimento económico dos núcleos urbanos, tendo como base a sua requalificação urbanística e ambiental.	21-12-2000	Alterado pelo Despacho Normativo nº 36/2003, de 3 de Setembro

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 115/2001	Simplifica os procedimentos de alteração a planos municipais de ordenamento do território e alvarás de loteamento urbano no âmbito da execução e concretização dos programas de realojamento regulados pelo Decreto-Lei nº226/87, de 6 de Junho, e pelo Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio (Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto), bem como dos programas de construção de habitação a custos controlados destinado a arrendamento.	07-04-2001	
Resolução do Conselho de Ministros nº 66/2001	Determina a elaboração do plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.	06-06-2001	
Decreto-Lei nº 203-B/2001	Altera o anexo ao Decreto-Lei nº 119/2000, de 4 de Julho (aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.	24-07-2001	
Decreto-Lei nº 251/2001	Altera o anexo ao Decreto-Lei nº 119/2000, de 4 de Julho (aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.	21-09-2001	
Decreto-Lei nº 318/2001	Altera o anexo ao Decreto-Lei nº 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.	10-12-2001	
Decreto-Lei nº 8/2002	Altera o Decreto-Lei nº 120/2000 de 4 de Julho, que aprova a orgânica do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território.	09-01-2002	
Lei nº 13/2002	Aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (revoga o Decreto-Lei nº 129/84, de 27 de Abril) e procede à 3.ª alteração do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, alterado pela Lei nº 163/99, de 14 de Setembro, e pelo Decreto-Lei nº 159/2000, de 27 de Julho, à 42.ª alteração do Código do Processo Civil, à 1.ª alteração da Lei nº 168/99, de 18 de Setembro, e à 2.ª alteração da Lei nº 11/87, de 7 de	19-02-2002	

Legislação temática

Ordenamento do território

	Abril, alterada pelo Decreto-Lei nº 224-A/96, de 26 de Novembro.		
Declaração de Rectificação nº 9/2002	De ter sido rectificadora a Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, - Primeira alteração à Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, publicada no Diário da República, 1ª série-A, nº 9, suplemento, de 11 de Janeiro.	05-03-2002	
Decreto Regulamentar nº19/2002	Aprova o Plano de Bacia Hidrográfica do Ave	20-03-2002	
Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2002	Determina a elaboração do Programa de Ordenamento do Território e indica os princípios orientadores da sua elaboração, dando cumprimento ao disposto do nº 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro.	11-04-2002	Alterada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 162/2004, de 11 de Novembro
Decreto-Lei nº 103/2002	Altera o anexo ao Decreto-Lei nº 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana a Valorização Ambiental das Cidades.	12-04-2002	
Declaração de Rectificação nº 23-G/2002	De ter sido rectificadora a Resolução do Conselho de Ministros nº 76/2002, que determina a elaboração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e indica os princípios orientadores da sua elaboração, dando cumprimento ao disposto do nº 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, publicada no Diário da República, 1ª série, nº 85, de 11 de Abril de 2002.	29-06-2002	
Lei orgânica nº 2/2002	Lei da estabilidade – Primeira alteração à Lei nº 91/2001, 20 de Agosto, segunda alteração à Lei nº 13/98, de 24 de Fevereiro, e quinta alteração à Lei nº 42/98, de 6 de Agosto.	28-08-2002	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 203/2002	Altera o artigo 9.º do Decreto-Lei nº 93/90, e 19 de Março (revê o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional reforçada a participação da autarquias locais, nomeadamente no que concerne a novas delimitações da REN).	01-10-2002	
Decreto-Lei nº 204/2002	Mantém em vigor a classificação das áreas protegidas operada pelos diplomas que procederam à sua criação ou à respectiva reclassificação.	01-10-2002	
Decreto-Lei nº 212/2002	Prorroga, pelo prazo de um ano, as medidas preventivas previstas no Decreto-Lei nº 119/2000, de 4 de Julho, que aprova as medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.	17-10-2002	
Decreto-Lei nº 221/2002	Altera o Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro, que estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.	22-10-2002	
Decreto-Lei nº 264/2002	Transfere para as câmaras municipais as competências dos governos civis, alterando o Decreto-Lei nº 252/92, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 316/95, de 28 de Novembro, e pelo Decreto-Lei nº 213/2001, de 2 de Agosto.	25-11-2002	
Resolução do Conselho de Ministros nº 146/2002	Altera a Resolução do Conselho de Ministros nº 171/2000, de 16 de Novembro, que cria o Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa Foral).	24-12-2002	
Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2003	Melhora as políticas de prevenção e combate aos fogos florestais.	02-04-2003	

Legislação temática

Ordenamento do território

Portaria n° 290/2003	Define a composição, competências e funcionamento de uma comissão mista de coordenação, nos termos do Decreto-Lei n° 380/99, de 27 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	05-04-2003	Revogada pela Portaria n° 1474/2007, de 16 de Novembro
Resolução do Conselho de Ministros n° 64/2003	Aprova o Programa de Acção para o Sector Florestal.	30-04-2003	
Decreto-Lei n° 97/2003	Aprova a orgânica do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente	07-05-2003	Alterado pelo Decreto-Lei n° 316/2003, de 17 de Dezembro
Lei n° 64/2003	Segunda alteração à Lei n° 91/95, de 2 de Setembro, sobre as áreas urbanas de génese ilegal.	23-08-2003	
Despacho Normativo n° 36/2003	Altera o Despacho Normativo n° 45-A/2000, de 21 de Dezembro, que autoriza a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) a realizar contratos-programa com os municípios para a promoção do desenvolvimento económico dos núcleos urbanos, tendo como base a sua requalificação urbanística e ambiental.	03-09-2003	
Resolução do Conselho de Ministros n° 179/2003	Altera a Resolução do Conselho de Ministros n° 118/2000, de 13 de Setembro, que incumbe as direcções regionais de agricultura de elaborar os planos regionais de ordenamento florestal.	18-11-2003	
Despacho n° 22504/2003	Constituída a comissão mista de coordenação que acompanhará o procedimento de revisão do Plano Director Municipal de Guimarães	19-11-2003	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 310/2003	Altera pela segunda vez o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro.	10-12-2003	
Lei nº 106/2003	Autoriza o Governo a aprovar um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística e a prever o regime jurídico das sociedades de reabilitação urbana.	10-12-2003	
Decreto-Lei nº 316/2003	Altera o Decreto-Lei nº 97/2003, de 7 de Maio, que aprova a orgânica do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.	17-12-2003	
Despacho Normativo nº 1/2004	Determina a composição da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional	05-01-2004	
Resolução da Assembleia da República nº 19/2004	Medidas prioritárias para a defesa de uma floresta sustentável.	16-02-2004	
Decreto-Lei nº 104/2004	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 106/2003, de 10 de Dezembro, aprova um regime excepcional de reabilitação urbana para as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.	07-05-2004	
Lei nº 14/2004	Cria as comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios.	08-05-2004	Revogada pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro
Decreto-Lei nº 217-A/2004	Prorroga até 31 de Dezembro de 2005, o prazo de elaboração dos planos de ordenamento das áreas protegidas estabelecido no Decreto-Lei nº 204/2002, de 1 de Outubro.	08-10-2004	Alterado pelo Decreto-Lei nº 67/2006, de 23 de Março

Legislação temática

Ordenamento do território

Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2004	Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2002, de 11 de Abril, que determinou a elaboração do Programa de Ordenamento do Território.	11-11-2004	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2005	Alarga a composição das comissões mistas de coordenação dos planos de ordenamento das áreas protegidas.	07-01-2005	
Decreto-Lei n.º 136/2005	Estabelece medidas de carácter excepcional tendo em vista a regularização da situação jurídica dos prédios rústicos sítos em áreas florestais.	17-01-2005	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 364/2007, de 2 de Novembro
Portaria n.º 137/2005	Fixa os demais elementos que devem acompanhar os planos especiais de ordenamento do território.	02-02-2005	
Portaria n.º 138/2005	Fixa os demais elementos que devem acompanhar os planos municipais de ordenamento do território.	02-02-2005	
Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2005	Aprova o plano operacional de prevenção e combate aos incêndios florestais.	08-03-2005	
Portaria n.º 389/2005	Fixa os elementos que acompanham o projecto de intervenção em espaço rural.	05-04-2005	
Decreto-Lei n.º 117/2005	Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.	18-07-2005	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 127/2005	Estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção.	05-08-2005	Alterado pelo Decreto-Lei nº 15/2009, de 14 de Janeiro
Lei nº 46/2005	Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.	29-08-2005	
Lei nº 47/2005	Estabelece o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares	29-08-2005	
Lei orgânica nº 3/2005	Terceira alteração à Lei Orgânica nº 1/2001, de 14 de Agosto (lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais).	29-08-2005	
Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2006	Adopta as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas, aprovadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação em 30 de Junho de 2005.	18-01-2006	
Portaria nº 222/2006	Estabelece os requisitos das entidades gestoras das zonas de intervenção florestal (ZIF).	08-03-2006	
Decreto-Lei nº 67/2006	Prorroga o prazo fixado no nº 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei nº 217-A/2004, de 8 de Outubro, para aprovação dos planos de ordenamento das áreas protegidas que ainda não disponham de tais planos especiais de ordenamento do território.	23-03-2006	
Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2006	Determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Norte	23-03-2006	

Legislação temática

Ordenamento do território

Lei nº 12/2006	Autoriza o Governo a legislar sobre o regime das infracções das normas estabelecidas no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.	04-04-2006	
Resolução do Conselho de Ministros nº 41/2006	Aprova, para efeitos de discussão pública, a proposta técnica do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.	27-04-2006	
Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2006	Aprova as linhas orientadoras para a execução, manutenção e exploração de informação cadastral através da criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC) e definição dos seus objectivos gerais.	04-05-2006	
Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006	Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.	26-05-2006	
Decreto-Lei nº 124/2006	No uso de autorização legislativa concedida pela Lei nº 12/2006, de 4 de Abril, estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios	28-06-2006	Alterado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro
Declaração de Rectificação nº 48-A/2006	De ter sido rectificado o Decreto Legislativo Regional nº 20/2006/A, que aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região autónoma dos Açores, publicado no Diário da República 1.ª série, nº 109, de 6 de Junho de 2006.	07-08-2006	
Decreto-Lei nº 180/2006	Quinta alteração ao Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março, que define o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional.	06-09-2006	Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 76/2006, de 6 de Novembro
Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006	Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas.	15-09-2006	

Legislação temática

Ordenamento do território

Portaria nº 1139/2006	Define a estrutura tipo do conteúdo dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios	25-10-2006	
Portaria nº 1140/2006	Define as especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios a observar na instalação e funcionamento de equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.	25-10-2006	
Declaração de Rectificação nº 75-A/2006	De ter sido rectificado o Decreto-Lei nº 180/2006, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da quinta alteração ao Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março, que define o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 172, de 6 de Setembro de 2006.	03-11-2006	
Declaração de Rectificação nº 76/2006	De ter sido rectificado o Decreto-Lei nº 180/2006, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da quinta alteração ao Decreto-Lei nº 93/90, de 19 de Março, que define o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 172, de 6 de Setembro de 2006 .	06-11-2006	
Lei nº 2/2007	Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei nº 42/98, de 6 de Agosto.	15-01-2007	
Decreto-Lei nº 12/2007	Altera o Decreto-Lei nº 125/2002, de 10 de Maio, que regula as condições de exercício das funções de perito e de árbitro no âmbito dos procedimentos para a declaração de utilidade pública e para a posse administrativa dos processos de expropriação previstos no Código das Expropriações.	19-01-2007	
Decreto-Lei nº 55/2007	Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 327/90 de 22 de Outubro, alterado, por ratificação, pela Lei nº 54/91 de 8 de Agosto, e pelo Decreto-Lei nº 34/99 de 5 de Fevereiro, que estabelece medidas de protecção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios	12-03-2007	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 202/2007	Terceira alteração ao Decreto-Lei nº 193/95, de 28 de Julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional.	25-05-2007	
Decreto-Lei nº 224/2007	Aprova o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, visando a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC).	31-05-2007	
Decreto-Lei nº 232/2007	Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas nos 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio.	15-06-2007	
Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007	Aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007-2013	03-07-2007	
Portaria nº 813/2007	Fixa os elementos que devem instituir os pedidos de autorização para o uso e acções compatíveis com a afectação de certas áreas ao regime de Reserva Ecológica Nacional.	27-07-2007	
Portaria nº 814/2007	Fixa as taxas dos pedidos de autorização de usos e acções compatíveis com a afectação de certas áreas ao regime de Reserva Ecológica Nacional.	27-07-2007	
Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2007	Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS)	20-08-2007	

Legislação temática

Ordenamento do território

Lei nº 54/2007	Primeira alteração à Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e urbanismo.	31-08-2007	
Lei nº 56/2007	Quarta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, e pela Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, impondo a transição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território.	31-08-2007	
Lei nº 58/2007	Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.	04-09-2007	Rectificada pela Declaração de Rectificação nº 80-A/2007, de 7 de Setembro
Declaração de Rectificação nº 80-A/2007	Rectifica a Lei nº 58/2007 (aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), publicada no Diário da República, 1.ª série, nº 170, de 4 de Setembro de 2007.	07-09-2007	
Decreto-Lei nº 316/2007	Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	19-09-2007	Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 104/2007, de 6 de Novembro e Alterado pelo Decreto-Lei nº 181/2009, de 7 de Agosto
Decreto-Lei nº 364/2007	Prorroga por mais três anos o prazo de vigência das medidas de carácter excepcional e transitório destinadas à regularização da situação jurídica de prédios rústicos sítos em áreas florestais, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 136/2005, de 17 de Agosto.	02-11-2007	
Declaração de Rectificação nº 104/2007	Rectifica o Decreto-Lei nº 316/2007, de 7 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 181, de 19 de Setembro de 2007.	06-11-2007	

Legislação temática

Ordenamento do território

Portaria nº 1474/2007	Regula a constituição, a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento da elaboração e da revisão do plano director municipal. Revoga a Portaria nº 290/2003, de 5 de Abril.	16-11-2007	Rectificada pela Portaria nº 1-C/2008, de 15 de Janeiro
Declaração de Rectificação nº 1-C/2008	Rectifica a Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que «Regula a constituição, a composição e o funcionamento da comissão de acompanhamento da elaboração e da revisão do plano director municipal. Revoga a Portaria nº 290/2003, de 5 de Abril», publicada no Diário da República, 1.ª série, nº 221, de 16 de Novembro de 2007.	15-01-2008	
Lei nº 10/2008	Terceira alteração à Lei nº 91/95, de 2 de Setembro, sobre as áreas urbanas de génese ilegal	20-02-2008	
Resolução do Conselho de Ministros nº 90/2008	Determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, designado «Polis Litoral - Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira».	03-06-2008	
Resolução do Conselho de Ministros nº 115-A/2008	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.	21-07-2008	
Decreto-Lei nº 15/2009	Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 127/2005, de 5 de Agosto, que aprova o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção.	14-01-2009	Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 10/2009, de 9 de Fevereiro
Decreto-Lei nº 16/2009	Aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal e revoga os Decretos-Lei nºs 204/99 e 205/99, ambos de 9 de Junho	14-01-2009	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 17/2009	Segunda alteração ao Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei nº 14/2004, de 8 de Maio.	14-01-2009	Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 20/2009, de 13de Março
Declaração de Rectificação nº 10/2009	Rectifica o Decreto-Lei nº 15/2009, de 14 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 127/2005, de 5 de Agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 9, de 14 de Janeiro de 2009.	09-02-2009	
Decreto-Lei nº 46/2009	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	20-02-2009	
Declaração de Rectificação nº 20/2009	Rectifica o Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de Janeiro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, e revoga a Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 9, de 14 de Janeiro de 2009.	13-03-2009	
Decreto-Lei nº 73/2009	Aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o Decreto-Lei nº 196/89, de 14 de Junho.	31-03-2009	
Lei nº 20/2009	Estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta.	12-05-2009	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto Regulamentar nº 10/2009	Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes.	29-05-2009	Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 54/2009, de 28 de Julho
Decreto Regulamentar nº 11/2009	Estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional.	29-05-2009	
Decreto Regulamentar nº 9/2009	Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo	29-05-2009	Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 53/2009, de 28 de Julho
Declaração de Rectificação nº 53/2009	Rectifica o Decreto Regulamentar nº 9/2009, de 29 de Maio, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece os conceitos técnicos nos domínios do território e do urbanismo, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 104, de 29 de Maio de 2009.	28-07-2009	
Declaração de Rectificação nº 54/2009	Rectifica o Decreto Regulamentar nº 10/2009, de 29 de Maio, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes, publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 104, de 29 de Maio de 2009.	28-07-2009	
Decreto-Lei nº 181/2009	Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, que procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	07-08-2009	
Portaria nº 976/2009	Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei nº 224/2007, de 31 de Maio.	01-09-2009	

Legislação temática

Ordenamento do território

Decreto-Lei nº 309/2009	Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda.	23-10-2009	
Portaria nº 62/2011	Identifica os factos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos planos de ordenamento florestal (PROF) e suspende parcialmente a aplicação de vários PROF	02-02-2011	